

CAPÍTULO 2 - AS SALAS DE LEITURA DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO

2.1 A Origem das Salas de Leitura – construindo uma história

*Não existem, nas vozes que escutamos,
ecos de vozes que emudeceram?*
(Benjamin, 1987:223)

Depois de ter iniciado, no capítulo anterior, uma reflexão teórica a respeito das concepções de leitura que circulam na escola e de defender a importância do letramento literário como um dos objetivos escolares, embora outras formas de letramento sejam igualmente importantes e necessárias, pretendo, neste capítulo, voltar meu olhar para o espaço escolar designado como Sala de Leitura.

Tomando por base documentos oficiais de implantação e gerenciamento das Salas de Leitura, desde sua origem até os dias atuais, além de depoimentos de pessoas envolvidas com o projeto, procuro levantar subsídios para a compreensão do que é hoje o programa de Salas de Leitura. Para este estudo, considere documentos todos as resoluções e portarias publicadas em Diário Oficial, tanto na esfera federal quanto na estadual e municipal, e também diversos textos produzidos no âmbito da Secretaria Municipal de Educação, muitos deles sem data, apenas identificados pelo setor que os produziram. Como são importantes materiais de análise, pois traçam as diretrizes do programa em diferentes momentos, decidi colocá-los em anexo, para que possam ser consultados pelos leitores, já que alguns não estão publicados.

Todo material referente às Salas de Leitura do município foi colocado à minha disposição pela Divisão de Mídia e Educação da SME-Rio. Em relação ao programa de Salas de Leitura da FAE, procurei informações no MEC, mas só encontrei a resolução que institui o programa. Sobre as Salas de Leitura dos CIEPs¹⁰, existem os livros do Programa Especial de Educação, que me serviram como referência.

¹⁰ Centros Integrados de Educação Pública, escolas de horário integral implantadas no estado do Rio de Janeiro, durante a gestão do governador Leonel Brizola (1983/1987). Popularmente eram conhecidas como “brizolões”.

O levantamento e a organização de todo esse material, realizados nesta pesquisa, foi um importante trabalho para a constituição da história das Salas de Leitura. Com essa sistematização, foi possível analisar o curso do programa e as concepções de leitura que vêm delineando o seu formato.

Para facilitar a consulta aos documentos citados, apresento a relação de todos eles numerados, que servirão como forma de identificá-los:

Documento 1 – Resolução nº 14 de 26 de julho de 1984 – institui o Programa de Salas de Leitura – Fundação de Assistência ao Estudante – FAE.

Documento 2 – Portaria nº 36/77/EDGED – 25/8/77 – implantação das unidades técnicas de multimeios.

Documento 3 – Diretrizes Básicas para a implantação de Salas de leitura nas escolas de horário parcial da Rede Pública – sem data.

Documento 4 – Portaria nº 12/90/ EDGE em 02/05/90 – dispõe sobre a implantação e funcionamento das Salas de Leitura das Unidades Escolares de Horário Parcial da Rede Pública de Ensino do Município do Rio de Janeiro e as atribuições do Encarregado Escolar de Multimeios.

Documento 5 – Portaria nº 36/92/EDGE em 22/09/92 – dispõe sobre a implantação e funcionamento das Salas de Leitura Pólo e as atribuições da equipe destas Salas de Leitura.

Documento 6 – Portaria nº 37/92/EDGE em 22/10/92 – dispõe sobre a transformação da função de Encarregado Escolar de Multimeios.

Documento 7 – Documento Provisório – Redefinição das Atribuições do professor Regente de Sala de Leitura Pólo – sem data.

Documento 8 – Resolução SME nº 560, de 11/01/1996 – dispõe sobre o funcionamento das Salas de Leitura nas Unidades Escolares Oficiais da rede Municipal de Ensino.

Documento 9 – Sala de Leitura Pólo/ Núcleo de Mídia-Educação – um espaço em transformação. Sem data.

Documento 10 – Orientações gerais para a organização do trabalho das Salas de Leitura em 2002.

Documento 11 – Fundamentação da proposta pedagógica da Sala de Leitura – texto manuscrito distribuído em treinamento de professores, sem data.

Pretendo restringir este estudo às Salas de Leitura das escolas municipais do Rio de Janeiro. No entanto, precisarei me remeter, inicialmente, às origens do programa; embora aqui no Rio esteja vinculado ao programa de Salas de Leitura dos CIEPs, antes já havia um programa nacional, da FAE, denominado Salas de Leitura¹¹. Esse programa estabelecia os seguintes objetivos:

. Organizar um acervo atualizado e variado de livros aos alunos de 1º grau que:

desenvolvam a postura analítica e o senso crítico pelo oferecimento de diversas alternativas de interpretação do real, aumentando suas perspectivas de formação e crescimento cultural;

atendam às necessidades de ludismo;

propiciem desenvolvimento intelectual, afetivo e emocional.

. Dotar as escolas de 2º grau de periódicos (revistas e jornais), assim como de outras obras de consulta, tais como dicionários e gramáticas.

. Criar um espaço de livre freqüência pelo aluno, possibilitando a manipulação do livro sem intermediários.

. Criar um ambiente físico e psicológico que facilite a descontração muscular importante à fruição do texto e prazer da leitura.

. Proporcionar ao professor a oportunidade de se manter informado sobre a produção editorial e atualizar-se do ponto de vista cultural e cognitivo sobre o livro infanto-juvenil. (Documento 1)

Com esses objetivos, propunha-se a criação de Salas de Leitura caracterizadas por *uma informalidade no ambiente e no tratamento técnico do acervo*, formado por textos impressos (livros, revistas e jornais). O espaço não precisava ser uma sala específica, podiam ser usados ambientes alternativos como pátios cobertos e jardins. Além disso, pretendia-se que os alunos tivessem contato direto com os livros, sem a presença de um bibliotecário¹².

¹¹ Programa instituído pela Resolução do MEC/FAE nº 14 de 26 de julho de 1984.

¹² Apesar da luta do sindicato dos bibliotecários, tanto esse programa quanto o implantado nos CIEPs e, posteriormente, ampliado para toda rede municipal, não há presença de bibliotecários. Esses programas foram desenvolvidos pelos professores.

Não pretendo aqui, realizar uma avaliação desse programa, pois isto foge aos propósitos desta pesquisa. O que procuro assinalar é a sua relação com o que veio a seguir: o programa de Salas de Leitura dos CIEPs.

Parece-me que o espírito do programa foi conservado; o acervo também era constituído por livros e periódicos e as práticas leitoras eram relacionadas ao texto escrito, prioritariamente, literatura. No entanto, aqui, o programa se estruturou de forma diferente, já que os CIEPs foram construídos com espaços já determinados para esse fim. Aliás, em seus primórdios, seriam bibliotecas escolares, mas devido à falta de bibliotecários disponíveis e, principalmente, ao caráter do trabalho proposto para o espaço, foram designadas Salas de Leitura.

As primeiras Salas de Leitura no município do Rio de Janeiro foram implantadas pelo Programa Especial de Educação, nos Centros Integrados de Educação Pública, em 1984. A proposta era assim definida:

Longe de constituir mero depósito de livros, a Biblioteca é um centro ativo de aprendizagem. Nunca é vista como mero apêndice das unidades escolares, mas como um núcleo intimamente ligado ao esforço pedagógico dos professores (Ribeiro, 1986:124-125).

Como já observado anteriormente, nos primeiros documentos do Programa Especial de Educação, a nomenclatura utilizada era biblioteca escolar, no entanto, já no livro “Falas ao Professor” do Programa Especial de Educação, podemos encontrar o seguinte texto:

As salas de leitura dos CIEPs, na concepção que as orienta, pretendem estar distantes tanto do que vêm sendo, tradicionalmente, as bibliotecas escolares – depósito de livros- como das salas de leitura existentes, a maioria delas locais procurados apenas por uns poucos que já descobriram a importância ou o prazer de ler.(Falas ao Professor,1985:31)

Em relação à proposta pedagógica a ser desenvolvida nesses espaços, destaco um trecho de um texto manuscrito distribuído aos professores dos CIEPs:

O fato de se desejar que a Sala de Leitura se integre à vida escolar não significa, em absoluto, que ela deva se escolarizar, isto é, transformar-se em mais uma sala de aula, com horários determinados, obrigações e conteúdos a serem assimilados. Antes de tudo, a Sala de Leitura do CIEP deverá ser o espaço alternativo, cujos objetivos terão algo em comum com os buscados em sala de aula, quando se trata de atendimento aos alunos, mas os mecanismos terão que ser outros e seus fins, ampliados (...)

Na Sala de Leitura o aluno terá a vez de escolher a leitura que quer fazer, onde e quando. Será o momento da leitura enquanto ato individual, voluntário e interior (Documento 11: 3-4).

Nessa proposta, apostava-se numa leitura não obrigatória, onde o “hábito de leitura” seria consolidado a partir do interesse dos estudantes. O papel da Sala de Leitura era ressaltado no sentido de criar atrações para que os alunos buscassem a leitura. Eram sugeridos eventos culturais relacionados à produção e à leitura de textos, tais como: palestras sobre livros, autores e estilos literários, lançamentos de livros infanto-juvenis, apresentação de contadores de histórias populares, concursos de poesias, textos em prosa, exposições de cordel, livros artesanais, textos de alunos e professores etc (Documento 11:5).

Enquanto nos CIEPs existiam as Salas de Leitura, as escolas regulares da rede municipal possuíam em sua estrutura as Salas de Multimeios.¹³ Nesses espaços, havia alguns livros e outros materiais audiovisuais. Na verdade, essas salas não existiam em todas as escolas e o trabalho não tinha uma orientação sistematizada. O professor que cuidava desse espaço era designado Encarregado de Multimeios e, pelo que pude constatar através de minha experiência na rede municipal e também por relatos de outros professores da rede, quando esse profissional exercia de fato a sua função, contava histórias para as crianças e preparava o material que era oferecido pela SME e pelos órgãos intermediários (DECs): folhas mimeografadas com desenhos para serem coloridos e colados em cartolina, que se transformavam em “histórias em seqüência”. Esse material era muito pobre no sentido literário. O acervo de livros era pequeno e desatualizado,

¹³ Pela Portaria n de 25/8/77 fica especificada a implantação das Unidades Técnicas de Multimeios na rede de Ensino do município do Rio de Janeiro.

não havia um programa de distribuição de livros de literatura naquela época. Como já foi observado anteriormente, o primeiro programa com esse objetivo ocorreu em 1982. Era a Ciranda de Livros, um projeto da Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil (FNLIJ) financiado pela Hoescht e divulgado pela Fundação Roberto Marinho.

Numa das entrevistas feita para essa dissertação, uma professora da escola pesquisada relatou que “era do tempo das Salas de Multimeios”. Contou-me, então, que o professor que exercia essa função estava, geralmente, em final de carreira, sem condições de estar em sala de aula por diversos motivos. Essa função também foi muito ocupada com a segunda matrícula de diretores ou diretores-adjuntos que precisavam acumular as duas matrículas na escola que dirigiam. Parece que esses espaços eram pouco valorizados na dinâmica das escolas.

Essas Salas de Multimeios foram criadas nos anos 70, quando o uso da tecnologia tinha como referencial o tecnicismo, importado dos Estados Unidos, onde o principal enfoque era o da organização racional dos meios. Essa concepção de tecnologia dizia respeito basicamente ao uso de máquinas em situações educacionais, fazendo sempre referência aos produtos utilizados na tecnologia, em que o estudo e aplicação de meios e materiais de ensino é o principal enfoque. No entanto, nos anos 80, essa visão começou a ser mais amplamente questionada e ganhou novos contornos. Segundo pesquisa feita por Garcia (2002:16) *a tecnologia educacional passa a significar a aplicação do conhecimento científico e organizado à solução de problemas da educação*. A autora salienta que o papel da tecnologia como mediadora de um projeto pedagógico de uma sociedade depende dos rumos definidos pelo projeto ao qual ela serve. Assim, procura fazer uma revisão crítica, trazendo uma ponderação de Luckesi (apud Garcia, 2002:16):

Não se pode esquecer que a educação existe dentro de um meio axiológico e é dentro deste meio que ela deve ser pensada e realizada. Não basta descobrir, traçar e utilizar os meios adequados. É preciso ter claros os fins a que se destina a nossa ação educacional. Para iniciar pela discussão dos fins, a tecnologia educacional não poderá ter como seus fundamentos teóricos tão somente os processos operativos da psicologia, da comunicação e da teoria de sistemas. É preciso incluir neste todo também os fundamentos filosóficos da educação.

Assim, começou a surgir no Brasil um discurso mais crítico da utilização da tecnologia no ensino, no entanto, até os dias atuais ainda esse assunto merece uma reflexão mais cuidadosa. Considero que a adesão à utilização de novas tecnologias precisa sempre resultar de um processo de reflexão sobre seu significado, seu impacto e seus efeitos, pois somente incorporar novos meios, ferramentas e instrumentos nas escolas não assegura uma nova relação com o conhecimento já produzido e, muito menos, a possibilidade de produção de novos conhecimentos.

Em 1990, foram implantadas as Salas de Leitura nas escolas regulares da rede municipal. A proposta da SME era dar uma *nova dimensão pedagógica ao espaço Multimeios, em resposta às solicitações de uma comunidade que exige maior democratização do acesso aos diferentes meios de informação*. (Portaria nº 12/90/E-DGE em 02/05/90). Quando a proposta de Salas de Leitura foi encampada por toda a rede, seu formato sofreu algumas alterações significativas, passando a ser gerenciada pela equipe de Multimeios da SME. As Salas de Leitura herdaram o acervo de equipamentos eletrônicos e a responsabilidade de melhor utilizá-los. Na verdade, houve investimento na aquisição de televisões, videocassetes e, mais tarde, na produção de vídeos educativos. Assim, gradativamente, a Sala de Leitura deixou de ser o espaço privilegiado de práticas leitoras de textos literários, como fora em sua implantação nos CIEPs, para se tornar o que chamam atualmente de “espaço multimidiático”. A partir dessa incorporação, as Salas de Multimeios passaram a ser Salas de Leitura. No entanto, as Salas de Leitura perderam a sua configuração original, passando a agregar equipamentos eletrônicos. Quando as Salas incorporaram esses equipamentos (1990), o seu uso já merecia uma releitura crítica.

Acreditando que só o uso de diferentes meios educacionais pode desenvolver a capacidade de ler e escrever o mundo, ordenando idéias, arquivando dados e criando novos fatos é que se verificará o desenvolvimento de uma política de produção e utilização de tecnologia educacional que integre as diferentes atividades que serão desenvolvidas nas salas de leitura (documento 3).

Mesmo sendo criadas num novo contexto, somente dois anos depois foi regulamentada pela portaria nº 37/92/EDGED em 27/10/92, a função do professor Regente de Sala de Leitura (até então, o professor responsável pelo espaço era o Encarregado de Multimeios). A partir dessa portaria, ficaram excluídos os professores que não podiam assumir turma. Com esse encaminhamento, entendia-se que o professor da Sala de Leitura deveria propor e realizar atividades de leitura com os alunos.

Ainda em 1992, foram criadas as Salas de Leitura Pólo. Inicialmente eram vinte e quatro salas, uma em cada Distrito de Educação e Cultura, servindo de *ponto de apoio para as unidades escolares vizinhas e suas respectivas comunidades. Para tanto, as salas deverão ter o seu acervo ampliado, bem como dispor de equipamentos eletrônicos* (Portaria nº 36/92/E-DGE –22/09/92).

No Documento Provisório – Redefinição das Atribuições do Professor Regente de Sala de Leitura Pólo, a Sala de Leitura é definida como um *espaço privilegiado de acesso a diferentes linguagens que permitem a construção do conhecimento de forma interativa e não-linear, combinando textos, gráficos, imagens, animações, sons, oferecendo uma diversidade de estilos e temas, que possibilitam a alunos e professores o desenvolvimento de sua criatividade* (documento7:1). Vale ressaltar que nesse documento fica explicitado que o *trabalho de Sala de Leitura, desenvolvido seriamente, afasta por completo a hipótese do diretor desviar o Professor Regente de Sala de Leitura de sua função, considerando o significado deste trabalho para a escola*. Dentre as atribuições previstas para o professor de Sala de leitura, destaco as seguintes:

Conhecer e discutir os princípios político-pedagógicos da proposta Multieducação.

Gerenciar os recursos da mídia-educação, propiciando a participação de professores e alunos num processo de produção coletiva.

Incentivar a elaboração e o desenvolvimento de projetos que promovam a integração das diversas disciplinas e dos segmentos da escola.

Inventariar o material permanente da Sala de leitura.

Cadastrar o acervo.

Orientar a discussão, com professores das salas de leitura que compõem seu pólo, sobre as práticas/dinâmicas a serem desenvolvidas em relação aos programas veiculados pela MULTIRIO. (documento 7).

Como não havia o coordenador pedagógico nas escolas, as atribuições do professor de Sala de Leitura eram muito semelhantes às que hoje são do coordenador pedagógico, por exemplo. Assim, podemos ver como esse professor, ao longo da história de construção desse espaço, foi recebendo e acumulando funções que o distanciaram do papel de mediador de leituras, daquele que promove práticas leitoras e viabiliza o acesso dos alunos aos livros.

A última resolução sobre o funcionamento das Salas de Leitura, publicada em 11 de janeiro de 1996 (Resolução nº 560), dispõe sobre o funcionamento das Salas de Leitura e confere aos professores das Salas de Leitura Pólo a responsabilidade pela implementação da proposta dos Núcleos de Mídia Educação nas trinta Salas de Leitura Pólo. Para isso, esses profissionais deverão ter conhecimento especializado em Gerência de Projetos Mídia Educativos. Esse projeto foi planejado para funcionar dentro das 30 Salas de leitura Pólo e prevê *a instalação nas escolas de estruturas, tecnologias e metodologias de comunicação em educação que possibilitem aos professores se habilitarem a tornar os meios contemporâneos, suas linguagens e estéticas, como parte inalienável do processo educativo*¹⁴.

Além das atribuições apontadas em resoluções antecedentes, o professor da Sala de Leitura passa a gerenciar os recursos mídia educacionais, devendo propiciar a participação de professores e alunos num processo de produção coletiva e orientar a discussão, com os demais professores, sobre as práticas a serem desenvolvidas em relação aos programas veiculados pela MULTIRIO¹⁵.

Fica evidente, a cada nova regulamentação, uma mudança no perfil do trabalho, tornando-se mais amplo e complexo, e cada vez mais difícil de ser executado, pois as mudanças de caráter político-pedagógico não foram acompanhadas por mudanças administrativas. Embora tenha se investido muito em materiais, a política de manutenção do professor nas Salas de Leitura não ocorreu. A essa conclusão se pode chegar a partir do levantamento de Salas de Leitura que estão sem professor (no último levantamento feito por mim em

¹⁴ Monteiro, Eduardo. “Núcleos de Mídia-Educação: uma interface de diálogo para uma escola mais humana, criativa e produtiva”. Mimeo, sem data.

¹⁵ Empresa Municipal de Multimeios Ltda. Ela é responsável pela produção de programas de TV, vídeos, sites, CD-ROM e publicações voltadas prioritariamente para a Educação. Foi criada por Lei Municipal em outubro de 1993

24/06/93, em um dos pólos da CRE com 26 Salas, 12 estavam sem professor). Para se conseguir um professor que exerça com competência todas as atribuições a ele destinadas é necessário um programa sistemático de formação e atualização desse profissional; no entanto, com a falta de professores regentes e, diante da inexistência de concursos, com frequência, os professores das Salas de Leitura são retirados de suas funções para assumir turmas. A meu ver, criou-se um projeto audacioso, sem que a estrutura básica o sustentasse.

Ainda hoje, as Salas de Leitura são regulamentadas pela Resolução de 1996; no entanto algumas orientações foram passadas por um documento produzido pela Divisão de Mídia e Educação em 2002, redirecionando alguns aspectos do trabalho. Basicamente o que é apontado é a necessidade de se rever as funções do professor da Sala de Leitura, principalmente no que se relaciona às funções do coordenador pedagógico, hoje existentes no quadro da rede municipal. O documento destaca o trabalho com o acervo de vídeos que deve ser catalogado, reproduzido e divulgado (documento 10).

Ao longo dessa trajetória, percebe-se que as Salas de Leitura receberam orientações diversas. Em sua implantação (1984), destinavam-se a promover a leitura do texto escrito, especialmente, o texto literário. Naquele momento o que se pretendia era reforçar a idéia de um espaço de leitura livre, onde o usuário pudesse escolher as suas leituras, mas ao mesmo tempo fosse incentivado a conhecer bons textos literários. Quando implantadas nas escolas de horário parcial (1990), passaram a substituir as Salas de Multimeios, espaços criados em 1977 dentro de uma concepção tecnicista de educação. Embora os espaços tenham recebido o nome de Salas de Leitura, a partir de então, podia-se perceber diferenças em relação ao programa original dos CIEPs. As Salas de Leitura passaram a fazer parte de *uma política de produção e utilização de tecnologia educacional* (documento3:2). Assim, o programa passou a incluir, além de materiais impressos, outros recursos tecnológicos. O vídeo, a televisão, o rádio e outras formas de expressão foram incorporados ao projeto, podendo-se afirmar que a produção de vídeos educativos foi enfatizada, inclusive com a criação em 1993 de uma empresa municipal (MULTIRIO) destinada a esse fim. Tanto a MULTIRIO quanto a Divisão de Mídia e Educação apresentam discursos afinados com uma nova visão do uso da tecnologia na escola, discurso distinto do que sustentava a visão tecnicista dos anos 70:

A MULTIRIO investe no uso da tecnologia como nova forma de informar, formar, gerar conhecimento, ver e analisar o mundo e não como ferramenta facilitadora ou adicionada aos múltiplos materiais – suportes que se possa usar em sala de aula.¹⁶

A mídia não é tida como um meio, como um recurso, como uma técnica, mas como uma dimensão, porque ela altera a relação de tempo e espaço entre o sujeito e o conhecimento, então é nisso que a gente quer investir agora como eixo de discussão, até por conta de um projeto maior que a MULTIRIO vem canalizando nessa discussão com a Cúpula de Mídia para Crianças e Jovens que vai ser no Rio de Janeiro no ano que vem. Então está todo mundo mobilizado com essa discussão e a gente não quer perder de alguma forma esse bonde, a gente não pode deixar de fora essa discussão, daí a mídia para todos, a educação pela mídia e educação para as mídias, um binômio aí de perspectiva para entender que a gente não quer só assistir como espectador a esse espetáculo cotidiano que a gente tem no computador, na televisão, a gente quer interferir nisso e tirar partido disso para o processo de formação das pessoas, porque está entendendo que é inegável, não dá para você negar essa interferência no processo de constituição do conhecimento e a mídia altera essa relação, mais do que um componente, ela é uma dimensão, entra como um corte.¹⁷

Não podemos mesmo negar a necessidade da escola trabalhar com os meios de comunicação e com outras formas de linguagem, porém o que chama a atenção é a inclusão dessas propostas no programa de Salas de Leitura. O que significa ter um programa tão amplo de leitura? Na pesquisa de Carvalho(1999:2), foi constatado que na escola pesquisada a Sala de Leitura teve um período em que permanecia geralmente fechada e só ocasionalmente era aberta para os alunos verem televisão e vídeo. O que parece estar acontecendo é um acúmulo de propostas para o mesmo espaço, permitindo assim que o trabalho de promoção da

¹⁶ Texto eletrônico: <http://www.multirio.org.br>

¹⁷ Esse é um trecho da entrevista com a diretora da Divisão de Mídia e Educação, concedida no dia 19/08/03 para esta pesquisa.

leitura literária perca o seu espaço privilegiado.

Atualmente o foco tem sido os Laboratórios de Informática. Além dos Núcleos de Mídia já implantados nas trinta Salas de Leitura Pólo, agora existe uma política de implantação de Laboratórios de Informática em todas as escolas da rede. Na entrevista com a diretora da Divisão, perguntei-lhe o que seriam esses laboratórios e quais os planos para sua efetivação e ela me informou que esses laboratórios vão informatizar o trabalho pedagógico, já que a parte administrativa já foi totalmente informatizada.

Assim como a escola tem o vídeo e a televisão que em um determinado momento da nossa história causou um grande rebuliço na rede, agora está recebendo um computador, só que um computador não dá, então, minimamente, pelas disponibilidades da rede, pelos projetos orçamentários, serão 10 computadores por escola. Qual é a proposta? Informatizar as 1040, todas, mas não dá para fazer isso ao mesmo tempo. Estabelecemos fases de implantação. A 1ª fase está sendo concluída agora, ainda não acabou. Essa política foi lançada em setembro de 2001, oficialmente, mas de lá para cá o que tem sido feito? A implantação dos laboratórios nas primeiras 204 escolas da rede. Essas escolas foram escolhidas dentre as que já tinham alguma iniciativa em informática (...)

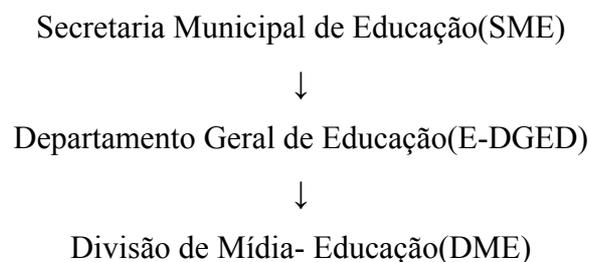
A idéia é que o professor regente incorpore esse laboratório à sua prática de sala de aula. Como ele deveria fazer, e faz em algumas realidades, com os outros recursos de que a escola dispõe: rádio, televisão, jornal (...) primeiro a gente precisa colocar o laboratório na escola, segundo, capacitar o professor (...)

A gente não quer que o laboratório seja um espaço do professor do laboratório, não vai ter aula do laboratório, a gente quer que o laboratório esteja integrado à rotina da escola, Até porque ele tem 10 máquinas e as turmas não têm só 20 alunos...(...) A idéia é que o professor de Sala de Leitura esteja em parceria com o professor regente e que uma hora metade do grupo esteja na Sala de Leitura e o resto do grupo esteja com o professor regente no laboratório (...) Aí todo mundo se apropria do trabalho. A última parte da política seria produzir material e metodologia.

Certamente são fundamentais projetos que viabilizem o acesso dos alunos das escolas públicas à informática ou a qualquer outro veículo de informação. Porém, considerando-se que cada um desses projetos possui uma especificidade no atendimento, cabe questionar a decisão de juntar tudo em um único programa, como se fosse viável a sua realização sem uma estrutura de pessoal suficiente e com formação adequada, sem contar que a dinâmica de cada atividade, muitas vezes, é conflitante. Há casos, como a própria diretora da Divisão relatou, em que os laboratórios funcionam dentro da Sala de Leitura; sendo assim, como viabilizar a realização de trabalhos diferentes dentro de um mesmo espaço? Como valorizar a leitura do livro num ambiente em que o estímulo à imagem é tão forte? Sem dúvida, essas são algumas questões do nosso tempo.

2.2 A Estrutura Organizacional e Funcional das Salas de Leitura Hoje – sentidos em conflito

Com o intuito de situar o programa de Salas de Leitura dentro da estrutura atual da Secretaria Municipal de Educação, apresento o esquema abaixo, baseado no organograma da SME :



As atribuições da Divisão Mídia -Educação estão assim definidas:

- *Planejar e coordenar o processo de acesso de professores e alunos aos meios de comunicação e suas linguagens, através dos Núcleos de Mídia-Educação, Salas de leitura Pólo, Pólos de Informática Educativa e Salas de Leitura das unidades escolares.*
- *Propiciar condições de pesquisa de novas linguagens em educação, em parceria com órgãos públicos e privados, especialmente a MULTIRIO;*
- *Elaborar e implementar projetos de informática educacional;*
- *Implementar políticas de capacitação para professores regentes dos Núcleos de Mídia Educação e Salas de leitura;*

- *Ampliar a acervo de material especializado nos Núcleos de Mídia Educação e nas Salas de leitura;*
- *Fornecer subsídios aos órgãos regionais na implementação de propostas educacionais dentro da área de atuação do órgão (www.rio.rj.gov.br/sme).*

Em nível intermediário, existem 10 Coordenadorias Regionais. Em cada uma delas, existe um professor responsável pelo acompanhamento do trabalho das Salas de Leitura Pólo. Temos atualmente na rede municipal 945 Salas de Leitura. Desse total, 30 são Salas Pólo que foram assim distribuídas:

1ª CRE – 2	6ª CRE – 2
2ª CRE – 3	7ª CRE – 4
3ª CRE – 3	8ª CRE – 3
4ª CRE – 4	9ª CRE – 3
5ª CRE – 3	10ª CRE – 3

As Salas de Leitura Pólo comportam os Núcleos de Mídia, projetados com os seguintes objetivos:

- .Desenvolver os processos comunicativos e participativos das comunidades educacionais;*
- .Assessorar em comunicação ao trabalho pedagógico desenvolvido por educadores com apoio criativo, organizacional e técnico aos seus projetos e a participação ativa nos planejamentos pedagógicos;*
- .desenvolver projeto com alunos e educadores que envolvam o uso dos diversos meios e apropriação criativa de suas linguagens e estéticas;*
- .atuar como interface entre a Rede e os agentes prestadores de serviços educacionais de atualização e recursos pedagógicos – em especial com a MULTIRIO, promovendo uma disseminação ampla da programação produzida por esta empresa em parceria com a SME (Documento 9:9).*

A equipe da Divisão Mídia-Educação organiza cursos de formação para os professores das Salas de Leitura. São oferecidos os seguintes cursos, de acordo com informações da diretora da Divisão, em entrevista para esta pesquisa:

Gerência de Projetos Mídia-educativos, nesse curso a gente trabalha com a elaboração de projetos, a interdisciplinaridade, a ligação da literatura com as outras mídias, enfim, a gente vai lidando com essa formação do professor para ele aprender a desenvolver formas de elaborar projetos e manter esses projetos dentro da escola, que ele não seja pontual. Então é um curso de três módulos que a gente dá, tem ajuda de pessoas que a gente contrata para vir falar de algum conteúdo específico, na área de mídia e a MULTIRIO também é responsável por um dos módulos do curso. (...)

O de dinamização de acervo, que é onde a gente dá toda orientação com material, com demonstração de catalogação de acervo, possibilidades desse acervo ser dinamizado dentro da escola, então toda parte teórica de organização e catalogação e acomodação desse acervo, organização do espaço da SL.. Outro é o de Informática Educativa e numa perspectiva educativa mais técnica, para o professor aprender a fazer pequenos reparos, trocar uma placa, conectar os cabos, como dinamizar um laboratório.(...)

E o de Literatura e as Mídias na Escola. É um curso que a gente trabalha a formação do leitor a partir da literatura como eixo e como é isso de o aluno ler o livro, ver um vídeo e tudo isso ser Sala de Leitura. Então é isso, através de discussões e de atividades bem práticas, de discussões teóricas também, a gente leva fundamentação, leva material e trabalha com o acervo que elas têm na escola. A nossa surpresa é que muitas delas não conhecem os acervos que a gente comprou para elas. A gente está vendo uma outra necessidade que o curso apontou que é o controle do recebimento, dessa distribuição do material. (...)

É visível a preocupação com a formação de professores que saibam usar as diferentes mídias. Dois cursos são oferecidos por ano com esse fim: Gerência de Projetos Mídia-educativos e o de Informática. Além disso, existe o curso Literatura e Mídia, em que o enfoque é a possibilidade de se trabalhar com o livro associado às outras mídias. O que achei muito interessante foi a surpresa da equipe da SME ao saber, nesse curso, que os professores das Salas de Leitura não conhecem o acervo que possuem. A surpresa com essa situação só se explica diante do equívoco de se considerar a leitura dos livros como uma prática já incorporada pelos professores. Esse fato provocou a seguinte indagação: se eles não lêem os livros que recebem, como saberão utilizá-los em projetos? Não seria mais plausível um encontro em que os próprios professores apresentassem os

livros selecionados por eles? Talvez essa solicitação estimulasse o conhecimento do acervo, além de que eles estariam mostrando o que consideram boa literatura, outro aspecto a ser analisado e discutido com eles.

Além dos cursos, os professores das Salas de Leitura Pólo têm um encontro mensal com a equipe da Divisão, no qual são passados os projetos e propostas para o trabalho. Pude participar de uma dessas reuniões e ouvi que está sendo escrito um texto sobre as Salas de Leitura para ser incluído na proposta MULTIEDUCAÇÃO. Nessas reuniões, os professores das Salas de Leitura Pólo recebem as orientações que são repassadas aos outros professores de Salas de Leitura Satélite, também em reuniões mensais.

Segundo a Resolução nº 560, de 11 de janeiro de 1996, que regulamenta o funcionamento das Salas de Leitura, elas devem funcionar de acordo com o seguinte quadro:

Cada Sala de Leitura Pólo passará a funcionar com 5 (cinco) professores I (Língua Portuguesa, Língua Estrangeira e/ ou qualquer disciplina, desde que possuam conhecimentos iniciais em Informática) ou Professor II, observando a necessidade do funcionamento da Sala nos 2(dois) turnos.(Documento8:2)

O documento ainda ressalta que cada Sala de Leitura Satélite terá somente um professor, independente do número de turmas da escola. Esse professor poderá ser de 1ª a 4ª série ou um especialista de Língua Portuguesa ou Língua Estrangeira. Esse documento também regulamenta o horário de funcionamento, que deverá contemplar todos os turnos da escola, incluindo o Projeto de Educação Juvenil, caso exista.

Outro ponto abordado é a forma de atendimento, que deverá ser feita sem vínculo com a grade de horário. Assim, o aluno poderá freqüentar a Sala quando quiser, e não num horário determinado. Penso que essa pode ser uma boa estratégia, principalmente quando lidamos com alunos que já conhecem bem o espaço e vão livremente escolher seus materiais de leitura. No entanto, a meu ver, essa situação não poderia ser generalizada, pois certamente existem alunos que não freqüentam a Sala porque ainda não conhecem o que o espaço pode lhes proporcionar. De qualquer modo, também pude observar na pesquisa de campo

que nem todas as escolas seguem essa orientação; algumas colocam a Sala de Leitura na grade de horário de turmas do Ciclo até a 4ª série, e outras priorizam determinadas turmas.

Em relação às funções que os professores de Sala de Leitura devem exercer, a Divisão de Mídia e Educação elaborou um documento com novas orientações em 2002. São essas as atribuições:

- .Organização e catalogação dos acervos (livros, fitas de áudio, vídeo etc);*
- estudo e planejamento (no caso dos pólos, recomenda-se que a equipe organize um horário comum de, no mínimo, 2 horas/semanais);*
- . desenvolvimento de projetos de trabalho (ligados ao Projeto Político Pedagógico da escola; orientações da CRE e SME);*
- . reprodução de fitas de vídeo (Multirio e outras);*
- . realização de intercâmbios com outras instituições culturais;*
- . organização de empréstimo e divulgação de materiais para toda comunidade escolar;*
- . participação em Conselhos de Classe e Centros de Estudos da escola. (Documento10:2).*

Analisando essas orientações, é possível concluir que não se aposta nesse professor como um mediador de leituras, muito menos formador de leitores literários especificamente. De forma abrangente, pode-se até concluir que essas são funções que cabem dentro dos projetos desenvolvidos, porém não recebem um destaque, pelo menos nos termos desse documento oficial.

Ainda na entrevista concedida pela atual diretora da Divisão de Mídia e Educação, perguntei-lhe qual era a especificidade do trabalho das Salas de Leitura e ela assim me respondeu:

É a promoção da leitura na escola e a formação do leitor, e o diferencial, porque a gente está entendendo que todo professor é formador de leitor, independente do nível ou da modalidade na qual ele esteja atuando, agora, na sala de leitura, essa perspectiva assume um caráter diferenciado porque ele está ampliando essas condições de leitura na perspectiva da leitura de mundo, que é a perspectiva que a gente tenta chamar a contribuição de Paulo Freire, mostrando que o aluno tem que estar inserido nesse contexto, compreendendo e interpretando essa realidade, são as diferentes

possibilidades de leitura dessa realidade até para produzir também diferentes tipos de texto, então a formação vem nesse viés. Daí a questão de integrar nesse trabalho a literatura com as outras mídias. A gente acha que a literatura é o carro chefe desse processo, mas ele não se esgota, nos tempos de hoje. Na possibilidade da formação do leitor, a gente precisa ler o mundo e aí a gente tem que ler a televisão, a gente tem que ler o rádio, a gente tem que ler o jornal, as principais mídias, e aí esse trabalho vai se multiplicando e a gente vai tentando criar uma relação com a sala de aula. Daí a especificidade, a sala de leitura seria um espaço diferenciado de vivências dessas experiências de leitura.

Nesse depoimento, a literatura aparece como o “carro-chefe” do programa novamente. No entanto, o que pude observar, nesses meses de pesquisa, aponta para uma enorme confusão no direcionamento do trabalho a ser realizado nas Salas de Leitura. Com a apropriação das idéias de Paulo Freire a respeito da leitura de mundo e, atualmente, com as discussões e teorizações a respeito do letramento, a leitura passa a ter um sentido bastante amplo. Ler significa atribuir sentido a qualquer manifestação cultural, portanto a leitura sai do campo restrito do texto escrito. Assim, ouvimos com frequência as expressões “ler um quadro”, “ler a televisão”, “ler um espetáculo teatral” ou “um simples gesto”. Considero que o uso generalizado do termo vem gerando uma certa confusão. Ressalto que o texto recorrentemente citado de Paulo Freire diz que a leitura de mundo **precede** a leitura da palavra, portanto, como alerta Kramer¹⁸, *a leitura da palavra deverá acontecer em seguida*. Sabemos que o acesso ao mundo escrito é condição fundamental para inclusão dos sujeitos nas práticas sociais e cabe, principalmente, à escola promover esse tipo de letramento.

Como as escolas vêm conciliando todas essas propostas? O que vem sendo priorizado? O que, afinal, faz um professor responsável por esse espaço tão múltiplo?

Essas são mais algumas perguntas que surgiram durante a pesquisa e que serão tratadas no próximo capítulo, onde discutirei o trabalho de campo.

¹⁸ Observação feita em palestra dada no Seminário “Literatura na Escola: Professores e Alunos Leitores”, em 16/09/03, no MAM.